



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 13, v. 1 mai.-ago.2020

p. 61-97.

Masculinidades cisgêneras e os controles de acesso da comunicação heteroterrorista

Lucas Guerra da Silva¹

Vicente Tchalian²

RESUMO: O presente estudo objetivou descrever um modus operandi cisgênero de divulgação de notícias falsas com conteúdos que remetem a gênero e sexualidade, com vistas a reconhecer estratégias comunicacionais de manipulação heteroterrorista nas eleições presidenciais do ano de 2018 no Brasil. Para tanto, utilizamos a categoria “controladores de acesso”, de Raewyn Connell (2016), aprofundando-a em outros possíveis desdobramentos ao observarmos o contexto político brasileiro contemporâneo, que garante 1. o rito jurídico de legitimidade do lugar para candidaturas e conteúdos com possibilidade de veiculação; 2. o trânsito de conteúdos falsos condizentes com o imaginário de quem encontra respaldo nesse lugar legitimado, em função da possibilidade de candidaturas cujos discursos oficiais manifestam publicamente a abjeção por determinados conteúdos – que tem impacto e afetação na vida de pessoas; e 3. o comportamento dos veículos de comunicação *mainstream* que tiveram ferramentas construídas para desmentir as notícias falsas, ou que negligenciaram a construção de tais ferramentas, aproveitando-se também do lugar do legitimado. O referencial teórico visa construir uma narrativa sobre comunicação de guerra, encontrando na história do século 20 as funções que determinadas veiculações de conteúdo têm quando encontram legitimidade nos lugares dados como possíveis de pertencimento, e como essa história é, na realidade, história do presente, apresentando-se em roupagens outras no século 21, em um contínuo ancestrofuturista. Aqui circunda todo o texto a comunicação na pós-humanidade, em que há complexas tramas comunicacionais e circulação de informações multiplataformas que nos constituem em hibridez humano-máquina. Os aspectos metodológicos contaram com 1. coleta e sistematização das notícias veiculadas durante o período selecionado, bem como 2. imagens (*prints*) capturadas das plataformas comunicacionais *mainstream* estudadas (o tecnohabitat): as ferramentas Fato ou Fake, das organizações Globo, e seus compartilhamentos no Facebook, com vistas a oferecer a possibilidade de o/a leitor/a visualizar efetivamente os formatos e diagramações das notícias em questão, considerando também a estética da comunicação como reflexão de análise. Por fim, a categoria de análise que propusemos e intitulamos “controladores de acesso da agenda pública” mostrou-se útil para pensar as relações entre cisgeneridade, branquitude, masculinidade e os espaços de trânsito comunicacionais, sobretudo no que tange aos aspectos políticos e sociais da vida pública que se espetacularizam como nunca e, também como nunca, nos afetam.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Cisgeneridades. Controle de acesso. Agenda pública.

¹ Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Unochapecó), doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). E-mail: lucasguerra.psicologo@gmail.com

² Mestre e doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT). E-mail: tchalian2@gmail.com



Abstract: This study aimed to describe a cisgender *modus operandi* of spreading false news referring to gender and sexuality, aiming to recognize the communication strategies of heteroterrorist manipulation in the 2018 presidential elections in Brazil. To do so, we use Raewyn Connell's (2016) category "access controllers," deepening it into other possible developments, observing the contemporary Brazilian political context, which guarantees 1. the legal rite of legitimacy of the place for applications and content with possibility of placement; 2. the transit of false content consistent with the imaginary of those who find support in this legitimate place, due to the possibility of applications whose official speeches publicly express the abjection for certain content – which has impact and effect on people's lives; and 3. the behavior of mainstream media outlets that had tools built to disprove false news, or that neglected the construction of such tools, also taking advantage of the legitimate place. The theoretical framework aims to build a narrative about war communication, finding in the history of the 20th century the functions that certain content vehicles have, when they find legitimacy in places given a sense of belonging; and how this story is, in fact, the history of the present, presenting itself in other guises in the 21st century, in an ancestrofuturist continuous. Here the whole text surrounds posthuman communication, in which there are complex communicational plots and multiplatform circulation of information that make us human-machine hybridity. The methodological aspects included 1. collection and systematization of the news published during the selected period, as well as 2. images (prints) captured from the mainstream communication platforms studied (*tecnohabitat*): the *Fato or Fake* tools, from Globo Organizations, and their Facebook shares, in order to offer the possibility for the reader to effectively visualize the formats and diagrams of the news in question, also considering the aesthetics of communication as a reflection of analysis. Finally, the category of analysis that we proposed and titled "access controllers of the public agenda" was useful to think about the relations between cisgenerity, whiteness, masculinity and the communicational transit spaces, especially regarding the political and social aspects of public life that are spectacular as never before, and, also as never before, affect us.

Keywords: Masculinities. Cisgenerities. Access control. Public agenda.

Resumen: El presente estudio objetivó describir un *modus operandi* cisgénero para difundir noticias falsas con contenidos sobre género y sexualidad, a fin de reconocer las estrategias de comunicación de la manipulación heteroterrorista en las elecciones presidenciales de 2018 en Brasil. Para ello, utilizamos la categoría "controladores de acceso" de Raewyn Connell (2016), profundizándola en otros posibles desarrollos, observando el contexto político brasileño contemporáneo, que garantiza 1. el rito legal de legitimidad del lugar para candidaturas y contenidos con posibilidad de difusión; 2. el tránsito de contenidos falsos consistentes con el imaginario de aquellos que encuentran apoyo en este lugar legítimo, debido a la posibilidad de candidaturas con discursos oficiales que expresan públicamente la abyección por ciertos contenidos, lo cual tiene impacto y afecta la vida de las personas; y 3. el comportamiento de los medios de comunicación *mainstream* que tenían herramientas construidas para refutar las noticias falsas, o que descuidaron la construcción de tales herramientas, aprovechando también el lugar legítimo. El marco teórico objetiva construir una narrativa sobre la comunicación de la guerra, encontrando en la historia del siglo XX las funciones que tienen ciertos vehículos de contenido, cuando encuentran legitimidad en los lugares dados como posibles pertenencias; y cómo esta historia es, de hecho, la historia del presente, presentándose en otras formas en el siglo XXI, en un continuo ancestrofuturista. Aquí, todo el texto rodea la comunicación posthumana, en la que hay tramas comunicacionales complejas y circulación de información multiplataforma que nos hace híbridos humano-máquina. Los aspectos metodológicos incluyeron 1. la recopilación y sistematización de las noticias publicadas durante el período seleccionado, así como 2. las imágenes (impresiones) realizadas desde las principales plataformas de comunicación *mainstream* estudiadas (*tecnohabitat*): las herramientas *Fato ou Fake*, de Globo Organizations, y sus acciones de Facebook; para ofrecer al lector la posibilidad de visualizar de manera efectiva los formatos y diagramas de las noticias en cuestión, considerando también la estética de la comunicación como reflejo del análisis. Finalmente, la categoría de análisis que propusimos y titulamos "controladores de acceso de la agenda pública" fue útil para pensar sobre las relaciones entre cisgeneridad, blancura, masculinidad y los espacios de tránsito comunicacional, especialmente en lo que respecta a los aspectos políticos y sociales de la vida pública que son espectaculares como nunca antes; y, como nunca, nos afecta.

Palabras clave: Masculinidades. Cisgeneridades. Control de acceso. Agenda pública.



Parte I: O cisgênero controlador de acesso da veiculação terrorista de conteúdos comunicacionais

Prelúdio

Rede Record, Rede Bandeirantes, Portal R7 e Jovem Pan estão balançando o berço de Bolsonaro. É nelas que Jair vai se fiar a partir do ano que vem – seus donos esperam, claro, que ele seja o novo presidente. [...]

Passei a semana ouvindo pessoas pra poder escrever essa newsletter pra vocês e vou fazer algo que não costumamos fazer no TIB [The Intercept Brasil]: dar informações de bastidores sem documentos que possamos mostrar publicamente. Eu sei, e vocês sabem, que o acordo entre imprensa e público foi quebrado, e que ninguém mais tem obrigação de acreditar em jornalista só porque... bem, porque é jornalista. Só que foi difícil arrancar informação pra escrever isso, e me comprometi a não publicar e-mails e circulares internas dos veículos. Os jornalistas estão com medo do que está por vir.

O que segue abaixo é um relato de alguém que trabalha no R7. Eu vou deixar que ele conte a história pra vocês. [...].

“Desde meados de agosto, toda matéria que chega de agência (Reuters, Estado, Folha, EFE, AP...), ou que pretendemos escrever, precisa antes de uma autorização verbal de quem está comandando a redação. A gente chega e pergunta: ‘posso subir matéria tal da agência tal?’

Três semanas antes de começar o primeiro turno a gente foi ‘liberado’ para subir conteúdos dos candidatos, contanto que não fosse negativo ao Alckmin.

Após o Edir Macedo ver que o Alckmin não decolaria e declarar via Facebook que apoiaria Bolsonaro, a redação deu uma guinada. Passamos a publicar exclusivamente coisas positivas sobre o candidato do PSL e coisas mornas sobre Haddad, Ciro e Alckmin.

Passado o primeiro turno, começou o jogo sujo. Nada de pauta negativa ao Bolsonaro, a não ser que seja um assunto de grande visibilidade. A gente pode subir pautas positivas do Haddad, mas geralmente elas não são chamadas na capa nem nas redes sociais. Ou seja: ninguém vê.

E agora começaram a aparecer encomendas. O primeiro alvo foi Ciro Gomes. Um excelente repórter foi obrigado a escrever coisas ridiculamente negativas e velhas sobre o ex-candidato do PDT, acredito eu que para tentar denegri-lo caso ele decidisse apoiar o Haddad firmemente.



Houve brigas na Redação por que, teoricamente, deveríamos assinar essas matérias. Mas ninguém aceita expor seu nome a esse trabalho sujo. Pode notar que a maioria delas não tem assinatura.

O clima ficou pesado, todos estão decepcionados de fazer esse jornalismo marrom. Um dos melhores e mais resilientes repórteres de lá agora bate boca diariamente com a chefia.

A gente se sente refém das demandas do alto comando. Recebemos ordens pra fazer um antisserviço à população e nem sequer sabemos quem deu essas ordens lá em cima. Considerando a boa audiência do portal, especialmente entre as classes C e D, dá um aperto no coração saber que a gente pode influenciar negativamente estas eleições”³. (DEMORI, 2018)

A provável ascensão ao poder do extremista de direita Jair Bolsonaro já está gerando um clima no qual jornalistas que criticam a ele, ou ao seu movimento, – incluindo jornalistas que reportam para o Intercept – estão sendo expostos a uma campanha agressiva de investigações pessoais, tentativas de intimidações e escrutínios perniciosas de membros de nossas famílias.

Esses ataques estão sendo orquestrados pelos meios de comunicação de propriedade do pastor evangélico bilionário e afogado em escândalos, Edir Macedo, que agora é um defensor explícito de Bolsonaro. O vasto império de mídia de Macedo – que inclui a segunda maior emissora de TV do país (Record), portais online (R7) e outras agências de notícias – está sendo usado para punir e retaliar jornalistas pelo *crime* de denunciar criticamente Jair Bolsonaro, seu movimento e as empresas de Macedo.

No sábado passado, o Intercept publicou uma denúncia sobre como jornalistas dentro do R7, um enorme portal on-line de propriedade de Macedo, são “reféns” de sua agenda, impedidos de publicar matérias negativas sobre Bolsonaro e completamente forçados a sacrificar sua integridade jornalística a serviço da agenda política extremista de Macedo. O artigo, escrito por Leandro Demori para o Intercept, baseado em relatos de jornalistas anônimos desesperados do R7, viralizou, tornando-se rapidamente um dos nossos artigos mais lidos esse ano. Na quinta-feira, após a reportagem, a chefe de redação de longa data do principal programa de notícias da TV Record, Luciana Barcellos, pediu demissão.

[...]

Desde a publicação, por nós, da reportagem de sábado sobre o R7, os agentes de estimação do Macedo – aqueles que já foram um dia jornalistas, mas agora foram metamorfoseados à força em guerreiros pró-Bolsonaro – foram mobilizados para investigar não apenas os jornalistas do Intercept, mas também as famílias daqueles que fornecem ao Intercept o seu jornalismo. Em poucas horas, eles foram atrás da vida

³ Principais trechos da reportagem de Leandro Demori (2018) publicada pelo *The Intercept Brasil* no sábado 13 de outubro de 2018, a 15 dias do segundo turno da eleição presidencial.



peçoal dos pais de Demori em uma pequena cidade do interior de Santa Catarina, alegando coisas que não têm qualquer relação com ele e com sua carreira, e que remontam a 1992, quando ele tinha apenas 11 anos de idade. Eles cavaram seu passado para encontrar fotografias dele aos 20 e poucos anos.

[...]

Agora, porém, os esforços do império midiático do Bispo Macedo estão cada vez mais sérios, mais intimidadores e mais sinistros. Eles notificaram o Intercept sobre sua intenção de publicar o que eles consideram uma denúncia de grande importância sobre nós, a ser exibida num dos programas de maior audiência da grade da emissora, o Domingo Espetacular, uma espécie de genérico do Fantástico, da Rede Globo. Nessas notificações enviadas, ficou claro que recursos significativos foram empregados para investigar não só o passado dos jornalistas do Intercept, mas também de suas famílias.

[...]

Não espanta que com os novos tempos de um regime Bolsonaro que se aproxima, os métodos do jornalismo da Rede Record se assemelhem cada vez mais às intimidações da Igreja Universal de Edir Macedo. Em 2007, a repórter da Folha de S. Paulo, Elvira Lobato, precisou responder a 111 processos em várias cidades do Brasil, movidos por fiéis e pastores da Igreja Universal, porque publicou uma matéria mostrando como Edir Macedo tinha construído seu império. A estratégia de usar ovelhas para processar a jornalista foi tão maldosamente pensada que, num mesmo dia, Elvira chegou a ter audiências no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso e no Piauí, na mesma hora.

Num domingo à noite, a emissora expôs o rosto de Elvira em rede nacional no mesmo programa Domingo Espetacular que pretende usar para nos atacar. “Eles incitavam as pessoas a entrar com ações contra mim. E comecei a entrar em pânico. Eu dizia: ‘Eu vou ser apedrejada na rua! Porque nós estamos falando de fiéis que vão achar assim: ‘Aquela mulher é um demônio! O que ela fez contra a minha fé? Porque é que ela humilhou a minha fé?’”.

No fim de setembro, Macedo confirmou em público o que muitos já suspeitavam: ele apoiaria a candidatura de Bolsonaro à presidência (ele originalmente pareceu apoiar Alckmin, mas abandonou o barco após o fracasso total dessa candidatura). Desde sua declaração pública de apoio a Bolsonaro, os órgãos de imprensa do Bispo Macedo mal disfarçam sua nova função de produção de propaganda pró Bolsonaro.

Nos dias logo antes do primeiro turno das eleições, em 7 de outubro, Bolsonaro anunciou que não participaria do debate da TV Globo – tradicionalmente o momento mais importante dos ciclos eleitorais – alegando estar ainda cuidando dos ferimentos decorrentes do atentado à faca que sofreu. A Record anunciou, entretanto, que exibiria, simultaneamente ao debate da Globo, uma entrevista “exclusiva” com Bolsonaro, com perguntas tão chapa-branca e favoráveis a ele que surpreende que o entrevistador não as tenha feito de joelhos. O TSE assistiu a tudo passivamente.



Foi nesse contexto que o R7 e outros jornalistas da máquina do Bispo Macedo começaram a lamentar, sob proteção do anonimato, que foram transformados de jornalistas a reféns disseminadores de propaganda em favor de um candidato visto crivelmente por amplos setores como fascista. Foi nesse contexto que o *The Intercept* pôde publicar uma reportagem sobre o funcionamento interno do R7 e as fortes pressões às quais seus jornalistas estão submetidos, sendo forçados a distorcer a verdade e produzir propaganda pró-Bolsonaro e antipetista.

Uma coisa é o bispo Macedo usar sua fortuna e seu império de mídia para eleger um extremista. É outra coisa completamente diferente que ele explore e abuse de seus veículos de mídia – sua TV é uma concessão pública – para intimidar, investigar e ameaçar jornalistas pelo crime de publicar reportagens críticas sobre ele e Bolsonaro. Isso representa uma ameaça séria à liberdade de imprensa: é virtualmente impossível praticar jornalismo sobre Bolsonaro se sabe-se que a imensa fortuna e os veículos midiáticos do bispo Macedo serão usados para caluniar e intimidar não somente os jornalistas responsáveis, mas também suas famílias.

Macedo e sua máquina podem gastar quanto dinheiro quiserem, empregar o quanto quiserem seus megafones para mentir, distorcer e difamar. Isso vai ocorrer, ao menos segundo dizem planejar fazer, na noite de domingo. O *Intercept* vai manter seu compromisso inabalável com o jornalismo independente e destemido, que certamente inclui, agora mais do que nunca, o escrutínio agressivo e crítico de Jair Bolsonaro e do bispo bilionário que pretende elegê-lo⁴. (GREENWALD, 2018)

1. Sobre os controles de acesso

A comunidade científica brasileira, no que tange às humanidades e ciências sociais, bem como às artes no geral, sempre estiveram a par do que vem acontecendo. Profundas e gravíssimas rupturas estão em operação neste início de século 21, emergência da consolidação da reflexão sobre o pós-humano (HARAWAY, 2009), este híbrido humano-máquina de complexas tramas comunicacionais de imensos paradigmas em aberto, em debate e disputa; e muito do que se tratou num embate conceitual sobre “Cultura” ou “culturas”, “identidades”, “subjetividades”, “povo” nos séculos anteriores já possui também paradigmas outros que precisam ser levados em consideração. Parece ser mais honesto do ponto de vista científico refletir a função de cada dinâmica cultural ao fazer emergir de cada diferente recorte, de cada pequeno fragmento, explicações ou contestações não generalizadas necessariamente, mas figurando de que lugares do

⁴ Principais trechos da matéria de Glenn Greenwald (2018) publicada pelo *The Intercept Brasil* no sábado 20 de outubro de 2018, a oito dias do segundo turno da eleição presidencial de 2018.



conceito elas se operam sem necessariamente perder sua credibilidade apenas porque podem ser superlotadas de aprofundamentos em movimentos críticos e de contestação. Essa operação, no entanto, não é conceitual apenas no discurso científico: na leitura de fatos e construções de análises, porque não se trata de uma operação de conceito, mas de função.

Tal qual a ciência produz discursos que visam transformações culturais, não necessariamente por meio de um debate do conceito de Cultura ou culturas, de identidades, subjetividades, povo ou qualquer outra nomenclatura amplamente consolidada em uso a depender da sustentação teórica e epistemológica pela qual é visto o objeto ou sujeito, mas por meio de provocações e afetações nas funções das infinitas potenciais dinâmicas culturais, também outras tecnologias de produção de saber pretendem operar transformações – ou manutenções. A colonização, os processos de escravagismo, a ditadura militar e, mesmo globalmente, a milenar subjugação das mulheres e identidades de gênero não cisgêneras (SILVA, 2018), as Guerras Mundiais, a Guerra Fria e a corrida espacial (BORGES, 2013) não estão no passado, porque esses eventos ecoam historicamente em paradigmas *ancestrofuturistas* de conexão temporal (BORGES, 2016). Nós só vivemos um mesmo presente compartilhado, então somos um eterno invocar de ecos conceituais que emergiram de diversas temporalidades diferentes. Algumas pessoas operam no século 21 com discursos de livros sagrados escritos há milhares de anos, por exemplo, evidentemente que dentro de todas as atualizações que hibridaram algumas características da sua própria era (CANCLINI, 2001), hoje inclusive por meio de conteúdos espetacularizados nas plataformas de mídias sociais, código-territórios legítimos de habitação deste século. Alguns discursos, no entanto, nos mostram o quanto a paranoia e os conteúdos emocionais passam a protagonizar acima dos fatos e produzem impactos.

A mulher confundindo a bandeira do Japão com algum símbolo comunista durante manifestações da extrema direita brasileira que cobrava intervenção militar na Câmara dos Deputados (MANIFESTANTE..., 2016); a aluna processando a orientadora de mestrado por perseguição religiosa (TORRES, 2017) e elegendendo-se deputada estadual em meio a escândalos – inclusive disponibilizando um número de WhatsApp para que estudantes enviassem vídeos com denúncias de professores e professoras “doutrinadores/as de esquerda”; e a agressão contra a filósofa norte-americana Judith Butler e sua esposa no aeroporto de São Paulo (FILÓSOFA..., 2017) são três exemplos de situações singulares ocorridas no Brasil, em Brasília, em Santa Catarina e em São Paulo, aparentemente desconexas pelo conteúdo manifesto e pela geografia, porém intimamente conectadas pelos discursos *mainstream* que sustentam as dinâmicas culturais



que estão em disputa por diferentes narrativas de projeto de sociedade e de futuros possíveis, com impacto histórico incalculável ainda nos ecos que ressoarão. Os três fatos estão conectados mesmo: 1. traduzem um mesmo espectro da operação política em disputa no campo do hegemônico, tanto para legitimar um discurso quanto para garantir tal legitimidade na performance do Estado; e 2. estão nas mídias sociais sendo eventualmente lembrados, porque estão neste século em um novo paradigma de eternidade, angariando adeptos ou críticos, mas inevitavelmente produzindo afetações.

Mentiras e notícias falsas foram repetidas paranoicamente tantas vezes por este espectro político que conecta os fatos acima que se tornaram verdades incombateáveis, do rol dos fundamentalismos religiosos e explosões emocionadas a favor da família tradicional e pelo nacionalismo contra perigos que “agora” estavam sendo desvelados – na verdade os mesmos perigos de sempre em outras roupagens discursivas, outros processos de hibridação, para nos referirmos a Canclini (2001). O perigo que supostamente continua representando o comunismo, agora com o clamor por intervenção militar – que, aliás, no momento desta escrita continua em operação no Rio de Janeiro; o perigo que representa o feminismo ante movimentos conservadores religiosos particulares e da vida privada – que passam a tentar garantir legitimidade discursiva pela via judicial; e o próprio combate ao que inventaram se chamar “ideologia de gênero”, que supostamente diz respeito a uma pauta de lésbicas, gays, bissexuais, e especialmente travestis e transexuais, intersexos e outras identidades não cisgêneras que pretende impor orientações sexuais e identidades de gênero diversas a partir da educação escolar – o mesmo discurso do gay pedófilo que quer corromper crianças; tudo em uma roupagem agravada e com maior impacto de afetação a partir do amplo compartilhamento.

É um movimento *ancestrofuturista*, percebam, operando conceitos de diversas temporalidades, que transformam dinâmicas culturais em discursos de produção de futuros possíveis e desejáveis, reinterpretando e ressignificando passados que só existem no invocar aqui-agora. Conectam passados e futuros, portanto (BORGES, 2016), e, a partir dos enquadramentos a serem verificados aqui, percebe-se a presença da categoria “sexo” como objeto remixado de modo *ancestrofuturista*. (SILVA; SANTOS, 2018) E hoje constatamos que toda a energia de um espectro político progressista de oposição a esses discursos de ódio foi projetada em desmentir notícias mentirosas ao longo do segundo turno da eleição presidencial de 2018 para salvaguardar aquilo que convencionamos chamar de democracia mesmo não o sendo, de modo que aparenta ser o ápice do que se tornaria o século 21: ruído na fragmentação das radicalizações das



bolhas de conteúdos de afinidades, que segue em cada fragmento diferentes moralidades e regulações conceituais. Não que o espectro progressista não tenha também compartilhado notícias falsas; no entanto, tais veiculações não tiveram como fundamento pejorativo as temáticas de gênero e sexualidade, precisamente o que tange ao objeto desta investigação.

Estamos habitando um tempo em que engatinhamos no ensaio de como fazer uma política de Estado aos pós-humanos, híbridos das infindáveis plataformas das tecnologias de comunicação, seja porque 1. há efetivamente controladores de acesso da agenda pública em um investimento histórico de manutenção de estruturas representativas mesmo depois do que convencionou chamar-se “redemocratização” após a ditadura militar que durou 21 anos, seja porque 2. justamente o humano animalesco ainda se captura pelo apelo emocional e pela seletividade de suas crenças particulares – que em alguma medida, e nunca em completamente tudo, são compartilhadas –, que estão sendo cada vez mais espetacularizadas e mais profundamente radicalizadas nas bolhas, mantendo ali suas leis, sua linguagem, seu tecno-habitat em seus código-territórios. Em suma, a internet e a possibilidade de habitação em plataformas de mídias sociais não é “terra de ninguém”. Ela é, muito pelo contrário, terra de todo mundo que a acessa e que produz conteúdo público nesse inimaginável paradigma ainda em aberto, em debate, em conflito, sobre eternidade ou o direito ao esquecimento. Se um conteúdo é espetacularizado e chega a mim, ele já habita também meu psiquismo na forma de afetação. Estamos sendo, portanto, como nunca afetados e afetadas pelas espetacularizações de conteúdos, diversos discursos-performance em estilizações de si. (BONFANTE, 2016)

E um dos movimentos de espetacularização àquela moralidade reacionária prevê que, em nome daquilo que conceituaram unicamente como família, como nação e como valores de manutenção, potencialmente podem usar de discursos de ódio, uma vez que ele figura no *mainstream* dos discursos que se legitimam o tempo todo apenas pelo fato da garantia da candidatura de quem representa tal discurso. É um discurso passível de estar em disputa naquele espaço, garante o Poder Judiciário que controla a “legalidade” do rito eleitoral – em que se pese que a legalidade jamais representou necessariamente justiça, evidentemente. Se ele pode figurar lá, no lugar mais vigiado juridicamente durante o rito eleitoral, onde não poderá figurar? E nesse aliançamento de rito ao Executivo vigiado pelo Judiciário enquanto representante de poder do Estado, percebemos controladores de acesso da garantia das legitimidades dos “lugares” discursivos. Controladores de acesso é um conceito de Raewyn Connell (2016) e diz dos homens cisgêneros brancos da cultura organizacional do mercado financeiro que, sabemos, também se



encontram no campo da disputa discursiva de projetos políticos de Estado. E, afirmamos, realizam também a função desta manutenção discursiva na garantia do processo de legitimar um lugar com possibilidade de expressar-se como representativo.

Daí, dado o legitimado da ordem e rito jurídicos, independentemente do seu conteúdo tratado como “legal”, mas a partir de sua função garantidora de um lugar, se legitima também o conteúdo veiculado, tanto no nível da palavra escrita e falada do *mainstream* jornalístico quanto do conteúdo veiculado por quem é afetado pelo jogo dos controladores de acesso. A legalidade do lugar discursivo produz controles de acesso informativo *mainstream* que podem operar por aquele lugar através de escolhas partidarizadas muito mais explicitamente, afetando mais pessoas (como é o caso das matérias trazidas no prelúdio sobre o R7 de Edir Macedo e seu império midiático), enquanto em paralelo também existe um mercado de veiculação de conteúdos falsos para plataformas de mídias sociais. Somados, são fatais à holisticidade dos fenômenos sociais e do debate político representativo, apesar de evidenciadores de um aspecto de interesse comum nessas práticas de mediação de conteúdos: exercer influência em imaginários para produzir poder, mexer com as estruturas meméticas de um Estado-nação a partir de seus imaginários e seus medos, de modo persecutório e paranoico.

É nesse contexto de aliançamento de controladores de acesso políticos, do mercado financeiro, da legalidade do rito jurídico e das mediações de conteúdo veiculado, que Jair Messias Bolsonaro e general Mourão elegem-se presidente e vice-presidente da República Federativa do Brasil no segundo turno do pleito de 2018, com 55,1% dos votos válidos, contra Fernando Haddad e Manuela D’Ávila; ainda que a maioria dos eleitores e eleitoras não tenham de fato os escolhidos – seja pelo fato de terem votado na outra coligação, seja por terem anulado o voto, seja por não terem comparecido no dia da eleição. Dado o panorama que inclui, como já destacado, ampla influência de notícias falsas com especiais registros de apelos acerca da categoria sexo, gênero e diversidade, além do evidente apoio de portais *mainstream* na eleição presidencial, é preciso destacar que o objetivo deste estudo é evidenciar os controladores de acesso dos processos comunicacionais que veiculam conteúdos com alta carga de significações afetivas como ferramentas de guerra e manipulação, corporificadas nas estruturas de poder nos diversos períodos históricos, e que garantem a manutenção dos controles de acesso.

Para atingir tal objetivo apresentamos um panorama acerca de atos de comunicação terrorista de guerra, mapeando notícias falsas com conteúdos relativos a gênero e sexualidade já



desmentidas por portais e conjunto de portais que executaram ao longo do pleito eleitoral serviços de checagem de fatos, destacando o projeto Fato ou Fake - das organizações Globo, que checa a veracidade de notícias, diagnostica se é verdadeira (fato) ou se é mentirosa (*fake*) e publica-a na plataforma e também em redes sociais. A candidatura aqui é tomada como estudo de caso de fenômenos produzidos por controladores de acesso de conteúdos falsos veiculados e seu aliançamento com a negligência ou apoio da mídia *mainstream* para além da já obvia corporificação no lugar discursivo legitimado pelo rito; nesse caso, controladores cisgêneros heteroterroristas, que operam pânico a partir de questões de sexo e gênero, oferece elementos interessantes à análise proposta.

Ao pensarmos todos os fatores agregados podemos observar tanto uma forte atuação de controladores de acesso pouco diferentes de outros já vistos ao longo da história recente bem como a centralidade de estratégias de dominação de populações focadas em tecnologias de comunicação, também recorrente na história. O fator de maior variação entre os períodos observados é a dimensão tecnológica da comunicação no século 21, que assume proporções outras, como demonstraremos na materialização do argumento.

2. Comunicação de guerra: povo, democracia e controladores de acesso

Durante a Segunda Guerra Mundial se pôde observar formas e conteúdos do fazer comunicacional propagandístico e jogos de afetações emocionais entre controladores de acesso, povos e marginalizados com intuito de humilhar, fragilizar e conquistar países. Artifícios como discurso de ódio contra populações específicas, pânico moral, medo de uma suposta ameaça comunista e propagação de notícias falsas e/ou manipuladas foram lançados à mão como ferramentas de manipulação e controle de grandes massas. Pensemos, então, o ato comunicacional em períodos de guerra como performativo, dado que, ao ser proferida uma ordem de ataque por um controlador de acesso, a palavra expressa coloca em curso, por exemplo, a aniquilação de cidades inteiras em questão de segundos. Nesse aspecto, não só a população civil, mas, concordando com Judith Butler (2018), também soldados são descartáveis dentro dos planos dos controladores de acesso e dos Estados que representam.

O mesmo tipo de estratégia foi observado durante o período de golpe militar nos países da América Latina, não com o mesmo conteúdo e a mesma função, evidentemente. Especificamente no Brasil houve grande apelo dos meios de comunicação *mainstream* para que houvesse adesão popular às propostas do regime golpista. O próprio *O Globo* reconheceu em



editorial a participação do veículo ao longo da ditadura militar, o que classificou nesta nota editorial como “erro”. (APOIO..., 2013)

A produção discursiva do medo de um ataque comunista que infiltrava militantes do partido para subverter a ordem do capital, somado aos discursos religiosos conservadores, culminou na primeira Marcha da Família. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade obtidos através dos relatos e depoimentos de vítimas e militares torturadores bem como de jornais do período e documentos oficiais, no dia 19 de março de 1964 foi realizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, da qual participaram majoritariamente esposas de banqueiros e grandes empresários, católicos e pessoas religiosas. Segundo divulgado na imprensa da época, na cidade do Rio de Janeiro a marcha agregou cerca de 2 milhões de pessoas, seguida por uma multidão menor de 50 mil pessoas em São Paulo. Percebe-se o acionamento de estratégias de controle e manipulação de massas com o artifício da criação discursiva de medo da revolução comunista que ocorrera na China e em Cuba. Foram veiculadas propagandas nas emissoras de rádio, jornais e panfletos a fim de deixar a população temerosa e alocar no sujeito comunista o inimigo número um do Estado e da pátria, contanto inclusive com a participação e influência estadunidense, que ajudou a desenhar a conjuntura política que antecedeu o golpe, bem como posteriormente contribuiu para o aumento da controvérsia que se criava a respeito de uma possível revolução comunista. Nota-se ainda nos dias de hoje a utilização dessa ferramenta para manipulação e controle da população.

Com a eleição de Dilma Rousseff como presidenta da República, parlamentares e grandes detentores de posses – muitos deles religiosos – parecem ter lançado mão novamente do pânico quanto à revolução comunista; aliás, discurso semelhante àquele contrário às reformas pretendidas por João Goulart. Tal argumento só parece funcionar com o apoio da imprensa e grande mídia que propulsiona, desde então, o medo e ódio aos supostos corpos desviantes. Atualmente, as coligações religiosas estão cada vez mais articuladas e continuam arrecadando milhões de seguidores – que constituem possíveis eleitores, tendo em vista que muitos pastores e religiosos assumem cargos parlamentares e defendem, dentro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, suas agendas específicas.

Soma-se a isso a posse na presidência da República de uma mulher que ainda jovem lutou contra o regime militar e que viria a representar a continuidade e ampliação das reformas sociais que seu antecessor, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores realizou no país por meio do cumprimento e sansão de leis e políticas públicas cuja intenção pressupunha assegurar a



Constituição de 1988 bem como a Declaração dos Direitos Humanos intrínseca àquela – ambas violadas durante o regime militar e desde então.

Temos, então, a seguinte equação: detentores de grande capital + fundamentalismo religioso + controle da população via grande mídia. Na soma nota-se a semelhança entre a situação atual e a que antecedeu o golpe militar de 1964, não necessariamente a partir dos mesmos fundamentos e dinâmicas de outrora, nem mesmo manifesto do mesmo modo na forma com que impacta, mas, talvez, pela mesma função, que é aliançar poderes e valores que legitimem ou deslegitimem determinados grupos que têm ou não direito de estar na disputa pela visibilidade e pela consideração de suas demandas. A função, percebam, é o que aproxima estas narrativas de poder.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, já mencionada, teve grande apoio da mídia e de grandes empresários e bancários. No dia 22 de março de 2014 foi realizada uma nova versão dessa marcha, que conseguiu reunir cerca de mil pessoas, segundo os grandes tabloides de veiculação nacional, gritando jargões semelhantes aos invocados 50 anos antes. Seguiram grandes tensões e disputas políticas, econômicas, sociais e, durante os anos de 2015 e 2016, foram feitas articulações que possibilitariam mais um episódio inconstitucional na história do país. Mediante a possibilidade, em 31 de agosto de 2016, parlamentares contrários ao governo da presidenta eleita Dilma Rousseff votaram pelo seu impeachment e conseguiram fazer chegar ao poder o vice Michel Temer, cuja agenda política se inclina aos interesses do capital e dos fundamentalistas, consolidando um golpe de Estado.

Os resultados já começam a aparecer cerca de dois meses após o governo de Michel Temer assumir o país. As medidas provisórias e projetos de emenda constitucional, bem como outros artifícios parlamentares, foram utilizados, e as controvérsias e tensões aumentaram com grande velocidade. Pequenos avanços na legislação conquistados durante os anos de 2000 a 2014 sofrem retrocesso desde então. O cenário de ocupações estudantis em escolas estaduais e municipais, institutos federais de educação e universidades federais já somava, ao fim de outubro de 2016, mais de 1.020 unidades, havendo indícios de greve geral, e com a repressão já atingindo níveis alarmantes.

O Brasil contemporâneo tem lidado de forma brutal com partes expressivas da população. No início de 2018 vimos estupefatos a execução da vereadora Marielle Franco, assassinada a tiros por um grupo de extermínio com suspeitas de participação de milicianos e políticos do estado do Rio de Janeiro. Meses depois as investigações ainda não apontavam suspeitos e, no



mês de novembro de 2018, a Rede Globo de televisão foi proibida pela Justiça de divulgar quaisquer informações acerca do caso, o que levou a uma exposição desta censura ao vivo no Jornal Nacional e mobilizou notas de diversas organizações de jornalistas e veículos que defendem a liberdade de a imprensa informar seu público acerca de casos de relevância pública, evidente no caso de assassinato de uma vereadora negra, feminista, casada com outra mulher e determinada a denunciar violação de direitos.

Durante a campanha eleitoral do ano de 2018 os processos de comunicação sofrem uma reviravolta, influenciados pela estratégia utilizada por Donald Trump em sua campanha nos Estados Unidos, seguindo orientação de Steve Bannon – em que passaram a ser utilizados grupos de WhatsApp para disseminação em massa de notícias falsas prejudiciais aos adversários. Consequência também deste fenômeno no Brasil foi um crescimento exponencial súbito de parlamentares do partido e das coligações adeptas ao, até então candidato, presidente eleito Jair Bolsonaro. O próprio Bolsonaro apresentava um percentual de intenção pouco expressivo até poucos dias antes do primeiro turno das eleições, data em que, segundo reportagem da jornalista Mônica Bergamo do jornal *Folha de S.Paulo*, teriam sido disparas milhares de mensagem desse teor contra o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad.

Parte II: Fato ou Fake? O *mainstream* na disputa de imaginários sobre gênero e sexualidade na eleição de 2018

Prelúdio

Figura 1 – Candidato Bolsonaro denunciando o “kit gay”



Fonte: *GI* (É..., 2018b).



Circulam pelas redes sociais vídeos, fotos e textos que atribuem ao candidato Fernando Haddad (PT) a criação de um “kit gay” para crianças de 6 anos. Parte dos posts diz ainda que o livro “Aparelho sexual e cia” foi adotado em programas governamentais enquanto Haddad ocupou o cargo de ministro da Educação, entre 2005 e 2012. As mensagens são #FAKE.

Nesta terça-feira (16), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mandou o candidato Jair Bolsonaro remover esses vídeos da internet por gerar desinformação e prejudicar o debate político.

Outra polêmica foi criada a partir do chamado “kit gay”, que na realidade fazia parte de um conjunto de estratégias para combater as discriminações contra LGBTI nas escolas e estava ligado ao projeto Escola sem Homofobia que, por sua vez, estava dentro do programa Brasil sem Homofobia, do governo federal, em 2004. Ele era voltado à formação de educadores, e não tinha previsão de distribuição do material para alunos. O programa não chegou a ser colocado em prática.

Elaborado por profissionais de educação, gestores e representantes da sociedade civil, o kit era composto de um caderno, uma série de seis boletins, cartaz, cartas de apresentação para os gestores e educadores e três vídeos. A distribuição do material foi suspensa em 2011 pela então presidente Dilma Rousseff.

Já o livro “Aparelho Sexual e Cia – Um guia inusitado para crianças descoladas”, do suíço Phillipe Chappuis, publicado no Brasil pela Companhia das Letras, jamais fez parte do projeto conhecido como “kit gay”. Tanto o MEC quanto a editora responsável pelo livro negam que a obra tenha sido utilizada em programa escolar. O livro nem sequer foi indicado nas listas oficiais de material didático. Em agosto, em entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo, e do Jornal das 10, da GloboNews, Jair Bolsonaro afirmou que o livro “Aparelho Sexual e Cia” estava dentro do material do programa.

“Estavam discutindo ali, comemorando o lançamento de um material para combater a homofobia, que passou a ser conhecido como ‘kit gay’. Entre esse material, estava esse livro [Aparelho Sexual e Cia – Um guia inusitado para crianças descoladas]. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem”⁵, disse. (É..., 2018b)

⁵ Reportagem “É #FAKE que Haddad criou ‘kit gay’ para crianças de seis anos”, do G1 (2018). 02. Imagem extraída do G1, referenciado na sequência. A declaração foi checada pela equipe do Fato ou Fake, que concluiu que a afirmação do candidato era #FAKE.



Figura 2 – Candidata Manuela D’Ávila denunciada a partir de imagem manipulada



Fonte: *GI* (VELASCO, 2018).

Circula nas redes sociais uma imagem em que a candidata a vice-presidente Manuela D’Ávila (PCdoB) aparece com uma camiseta com os dizeres “Jesus é travesti”. Manuela é candidata na chapa de Fernando Haddad (PT). A fotografia é #FAKE.

Na imagem compartilhada, Manuela aparece abrindo um casaco para expor a camiseta. Embaixo da frase “Jesus é travesti” há um arco-íris.

Manuela publicou uma mensagem no Twitter sobre o assunto nesta terça-feira (2). Ela postou a imagem falsa ao lado da imagem original, em que a camiseta que está usando tem a frase “rebele-se”. “Prestem atenção! Mentiras não passarão! Nos ajude a compartilhar a verdade!”, escreveu a candidata. (VELASCO, 2018)

1. Sobre disputas pelo *mainstream*

A plataforma Fato ou Fake é um site online de checagem de conteúdos suspeitos de inveracidade: tanto os que são largamente compartilhados em redes sociais quanto os presentes em discursos dos então pré-candidatos e pré-candidatas e posteriormente candidatos e candidatas à eleição presidencial de 2018. É uma plataforma anexa ao site do *GI*, que lançou o serviço em 30 de julho de 2018. A plataforma é atualizada a partir das constatações de veracidade ou inveracidade de informações por jornalistas das organizações Globo – da família Marinho, até o momento maior concentradora de veículos jornalísticos e midiáticos *mainstream* do Brasil. Na



condução do site estão, além do *GI*, também os veículos *O Globo*, *Extra*, *Época*, *Valor*, *CBN*, *Globo News* e *TV Globo*. Segundo a matéria jornalística de divulgação do serviço, a junção de forças entre as redações de todos esses veículos proporcionaria a elucidação de mais casos duvidosos, mais rapidamente, e tem como objetivo “alertar os brasileiros sobre conteúdos duvidosos disseminados na internet ou pelo celular, esclarecendo o que é notícia (fato), e o que é falso (*fake*)” (É..., 2018b). Na implementação do Fato ou Fake em conjunto de redações, o serviço *É ou não É*, exclusivo do *GI*, é, portanto, extinto e dá lugar ao programa colaborativo.

A plataforma Fato ou Fake foi escolhida como campo de pesquisa propositadamente ao longo da campanha eleitoral presidencial de 2018 pelo seu caráter *mainstream* de veiculação de conteúdos. É verdade que existiam portais de jornalismo independente realizando e divulgado a checagem de notícias falsas ao longo do pleito, a exemplo da Agência Pública, e inclusive pessoas individualmente e coletivamente se engajando em desmentir os conteúdos mentirosos em diversas plataformas de mídias sociais, especialmente nos grupos do aplicativo WhatsApp, que foram utilizados como “máquinas de *fake news*”, especialmente em favor do candidato eleito no pleito, Jair Bolsonaro. (BENITES, 2018) No entanto, ao propor o estudo de grandes narrativas discursivas presentes no conjunto das possibilidades de significações afetivas disponíveis nas nossas dinâmicas culturais – dinâmicas estas pós-humanas ou ciborgues (HARAWAY, 2009), que dizem deste momento de hibridez humano-máquina vivenciado desde meados do século 20 –, é necessário também procurar as grandes narrativas do *mainstream* que estejam disputando esses discursos, e com magnitude ampla de produzir outras afetações.

É precisamente o caso da disputa discursiva entre mentiras, manipulações de fatos e apelos emocionais que ganha espaço nos pequenos portais, blogs, perfis, páginas e grupos de outras plataformas de mídias sociais que servem como sustentação da divulgação – eventualmente ganhando notoriedade com compartilhamentos de personalidades públicas ou sendo proferidas justamente por candidatos e candidatas que concorreram ao pleito – e o combate contra as pequenas mídias pelo maior império midiático do Brasil, as organizações Globo. Se por um lado a Globo utilizou todo o seu arsenal jornalístico em prol de garantir a elucidação dos fatos veiculados, contando inclusive com um robô no Facebook e no Twitter para replicar a quem tivesse dúvidas notícias já checadas (É..., 2018b), ainda assim não foi suficiente para combater as afetações produzidas pelas notícias falsas que evidentemente chegam antes, e considerando que a notícia desmentindo um conteúdo nem sempre alcança todas as pessoas que a mentira já alcançou, por alguns motivos que, entre outros, estão expostos em seguida.



1. Quem tem a largada primeiro – e evidentemente será sempre o conteúdo falso no caso desta disputa discursiva – tem horas de vantagem de disseminação a partir de compartilhamentos sobre qualquer serviço de checagem, por maior que seja seu impacto de afetação e independentemente das estratégias utilizadas para garantir a credibilidade do serviço de verificação. A Globo, por exemplo, antes de lançar a plataforma Fato ou Fake no *GI*, garantiu uma sensibilização em seu espaço de TV, rádio e jornais a partir da campanha *Duvide*, que trazia a mensagem “conferindo a gente descobre o que de fato é fato e o que de fato é *fake*. Porque a dúvida leva à verdade. E a gente só trabalha com ela. Jornalismo é isso. A gente duvida. A gente confere. A gente informa. FATO OU FAKE. É jornalismo para o *fake* não virar *news*”. (É..., 2018b)

2. É preciso levar em conta que trabalhar com uma organização midiática que protagoniza o *mainstream* das disputas discursivas sobre o que é fato e o que é falso sendo divulgado não necessariamente representa um conjunto de interesses no nível do *mainstream*. Na realidade, a Globo enquanto império midiático esteve praticamente isolada na importância que deu às veiculações dos pequenos portais e blogs de notícias falsas que eram reproduzidos em plataformas de mídias sociais – praticamente porque houve outros como UOL, também um grande portal, por exemplo, que aderiram à divulgação das denúncias sobre notícias falsas. Já a Record, império do pastor evangélico Edir Macedo, foi exposta pelo portal *The Intercept Brasil* por fazer campanha para o candidato eleito Jair Bolsonaro a partir de denúncia feita por jornalistas da redação do *R7*, portal online da emissora (DEMORI, 2018), e respondeu à denúncia com uma ameaça de perseguição aos trabalhadores do *The Intercept Brasil*, que afirmou que jornalistas de sua redação teriam suas vidas e carreiras expostas em programa televisionado. (GREENWALD, 2018)

3. Além disso, a plataforma de mídia social WhatsApp tem vínculo com serviços de telefonia e oferece a liberação do aplicativo para a troca de mensagens, que inclui links de internet que, em caso de não acesso a Wi-Fi ou pacote de dados, não podem ser abertos para apreciação de leitura, ainda que o título da matéria seja visível no link, bem como o conteúdo da notícia possa ser colado junto do link e compartilhado diretamente no aplicativo para todos os contatos e grupos. No entanto, conteúdos falsos não se concentram apenas em links de portais e blogs. Também são oriundos de *prints* de perfis do Facebook ou Twitter, ou ainda de páginas e grupos do Facebook, além de imagens e vídeos produzidos com finalidade de divulgação de manipulações e mentiras. Em apenas três grupos de apoio ao candidato Jair Bolsonaro foram



veiculadas mais de mil mensagens por dia, grande parte com conteúdo falso, conforme apontado na reportagem do *El País*. (BENITES, 2018)

Percebemos, então, que posicionar nosso olhar na produção *mainstream* de denúncias a conteúdos falsos por parte da plataforma Fato ou Fake das redações jornalísticas das organizações Globo, é 1. verificar também essas narrativas de grande impacto na disputa dos imaginários produzidos pelas pequenas mídias e conteúdos em plataformas de mídias sociais, nem sempre com o mesmo sucesso destas, o que nos proporciona questionar qual é o lugar do fato e qual é o lugar da mentira, da manipulação e do apelo emocional dentro da pós-humanidade e dos processos de comunicação de conteúdos. E, para esta pesquisa especificamente, pretendemos o enfoque nas notícias falsas acerca de gênero e sexualidade desmentidas durante a campanha eleitoral presidencial de 2018 pelo fato de demonstrar esses assuntos tão recorrentes em mentiras veiculadas que foram estrategicamente e compulsoriamente utilizados contra determinadas candidaturas. Olhar as questões de gênero e sexualidade é sobretudo olhar para temáticas que publicamente o presidente Jair Bolsonaro, ministros e ministras de seu governo já enunciaram que irão combater. Portanto, não é gratuito que justamente os conteúdos mentirosos faziam referência a posicionar outras candidaturas como ferindo determinadas moralidades que configuram os valores da extrema direita conservadora, pois utilizar massivamente tais conteúdos garantiu a construção de um imaginário que possibilitou que parte da população visualizasse candidaturas outras como “imorais” e até mesmo “criminosas sexuais”. Isso demonstra, ademais, o lugar em que gênero e sexo continuam sendo mantidos em determinadas dinâmicas culturais: no lugar do tabu e da proibição.

E 2. garantir o reconhecimento de uma metodologia de checagem *mainstream* que disputou com toda sua máquina os imaginários sobre notícias verdadeiras e notícias falsas –neste artigo, apontando novamente, com relação às temáticas de gênero e sexualidade. Para tanto, iniciaremos apresentando alguns dados acerca da magnitude de impacto das potenciais afetações da maquinaria jornalística das organizações Globo, para caracterizar ao fim a plataforma Fato ou Fake como parte deste aparato discursivo de produção de verdades ou inverdades; em seguida apresentaremos uma seção com a triagem das principais notícias falsas veiculadas pelo Fato ou Fake com relação a gênero e sexualidade; e, finalmente, teceremos algumas análises.

2. O tecno-habitat da pesquisa: plataforma Fato ou Fake das organizações Globo



Como já destacado, é importante validar a existência de outras formas de maquinaria que propuseram a revelação da veracidade ou inveracidade de conteúdos duvidosos, não atrelados necessariamente à mídia *mainstream*. No entanto nenhuma dessas mídias, mesmo somadas, produz o impacto da divulgação de conteúdo jornalístico das organizações Globo no Brasil, o que implica reconhecê-la como uma instituição de produção de sentidos afetivos com imenso potencial de disputa de imaginários – e podemos verificar esse fenômeno seja na crítica à concentração do poder comunicacional, seja, sinceramente, apenas como forma pragmática de reconhecimento e nada além. Nossa proposta não é realizar uma crítica à forma de produção, divulgação e concentração de poder comunicacional, porque esta já vem sendo realizada ao menos desde o momento em que Igreja Católica priva a população dos construtos intelectuais da humanidade, disponibilizando-os apenas a seus monges e padres homens cisgêneros brancos europeus – e, aliás, a concentração do poder comunicacional é precisamente um aparato tecnológico-discursivo de saber-poder. A medicina, as ciências que se reivindicam “da natureza” (como se não fossem humanos construindo seus objetos de pesquisa a partir de seus discursos), as ciências psicológicas etc. historicamente concentraram narrativas comunicacionais com poder legitimado de afetar a vida e contar futuros possíveis para as pessoas. Desse modo, resta encarar nosso contexto de pesquisa ou, como preferimos, nosso tecno-habitat – porque fazemos parte dele a partir do momento que seus conteúdos passam a nos afetar sistematicamente – como aquilo que se apresenta no aqui-agora que experienciamos. É imperativo questionar onde está localizado, portanto, esse tecno-habitat.

Habitamos uma dinâmica cultural capitalista globalizada que possibilita trocas e processos de hibridação de sentidos, de conceitos, de valores (CANCLINI, 2001) dentro das nossas linhas imaginárias fronteiriças a que damos nome de território (SANTOS, 2001), nação, Estado ou Estado-nação, nenhum sem o estabelecimento das devidas críticas para sua operação conceitual. (BUTLER; SPIVAK, 2018) O capitalismo tal como o vivenciamos deve ser qualificado hoje como farmacopornográfico (PRECIADO, 2018), esse momento histórico em que nossos corpos podem consumir fármacos e próteses de variadas ordens tecnológicas e discursivas que afetam todos os nossos modos de pertencimento e identificação. Especialmente, vivemos o que Haraway (2009) ironicamente cunha como “política ciborgue”, algo que, diz ela, faz o conceito de biopolítica de Foucault parecer inocente. E nós concordamos. Ser ciborgue, um híbrido de carne e tecnologia, uma “nova carne”, é estar o tempo todo consumindo-a e sendo consumido por ela, de modo que afetamos e somos afetados e afetadas através da habitação neste



tecno-habitat, validando e revalidando posições históricas a partir de discursos como nunca antes tão espetacularizados e tão materialistas na produção de imaginários.

O tecno-habitat aqui proposto para estudo, a plataforma Fato ou Fake, imersa nesse contexto é, portanto, pequena ante a imensidão da internet, ainda que tenha sido no contexto da eleição de 2018 o maior portal de combate a conteúdos falsos veiculados e, não ao acaso, o maior e de mais representatividade: dentro deste contexto capitalista abordado, as corporações Globo tem no Brasil a consolidação de seu império. Uma megamáquina, a ver: a Globo conta com concessão pública de televisão, a TV Globo. Além disso, tem seu site principal, o Globo.com, com hiperlinks de acesso a todos os demais conteúdos de páginas administradas, inclusive de jornalismo. Conta também com dezenas de canais da TV a cabo, como a Globo News, e também tem uma plataforma de *streaming* própria com todo seu conteúdo transmitido na TV também para assinantes, a Globo Play, inclusive com todo o conteúdo jornalístico. Também mantém semanalmente podcasts de jornalismo. Na barra “Notícias” do Globo.com é possível verificar a amplitude de portais disponíveis para leitura – alguns completamente gratuitos, como é o caso do *GI* e *Extra*, e alguns de conteúdo privado para assinantes, como as colunas de *O Globo* (Figura 3).



Figura 3 – Print da barra “Notícias” do site Globo.com



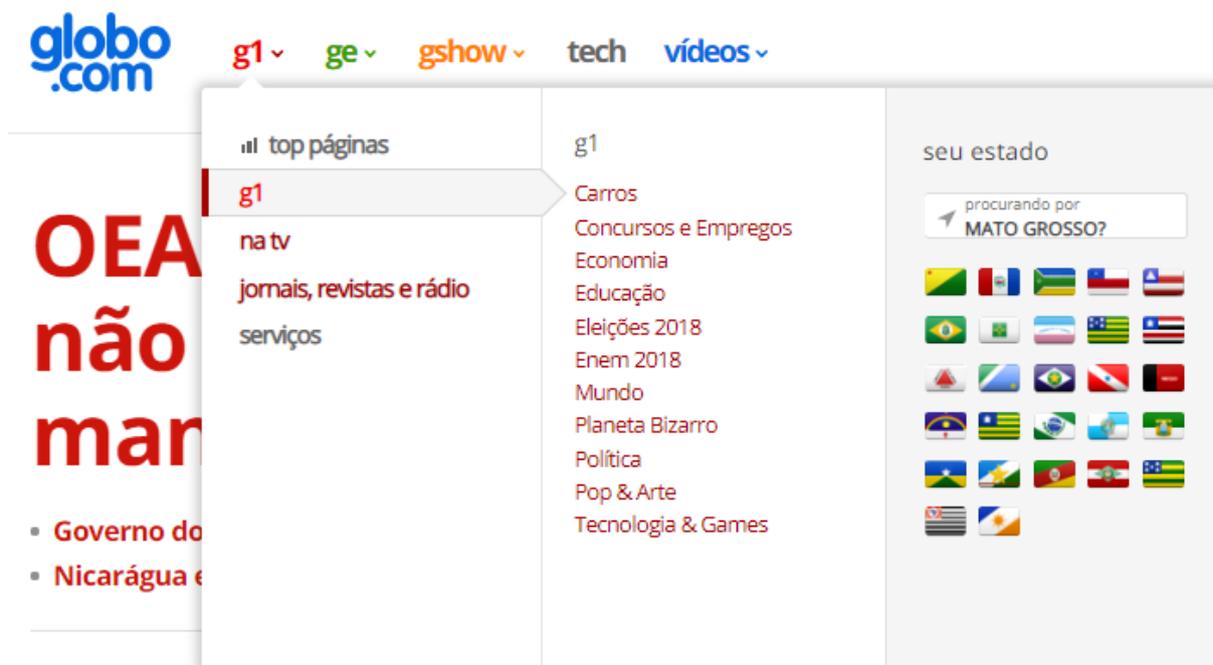
Fonte: Globo.com. Acesso em: 10 jan. 2019.

É possível verificar na investigação do site que os grandes portais como o *G1* que concentram as notícias do Brasil, na barra principal acima das colunas também têm ramificações em todos os estados no Brasil. Só o *G1*, portanto, tem ao menos 28 plataformas comunicacionais diferentes e regionais, e mesmo nas regionais o acesso à página nacional e a seus conteúdos fica garantido. Além disso vemos aí nos hiperlinks a maioria dos veículos que compõem com suas redações jornalísticas o Fato ou Fake além do *G1*, que o hospeda: *O Globo*, *Extra*, *Época*, *CBN* e *Globo News*. Ainda no site principal Globo.com, através do deslize pelo *G1*, que está em hiperlinks na barra superior da página principal, podemos encontrar os mesmos veículos apresentados na barra de todos os sites, inclusive outros mais, como a revista *Valor Econômico*, que também compreende sua redação no projeto Fato ou Fake, além da TV Globo. Em seguida, os destaques de cada deslize no *G1*, que não apresenta no menu da página principal nenhuma



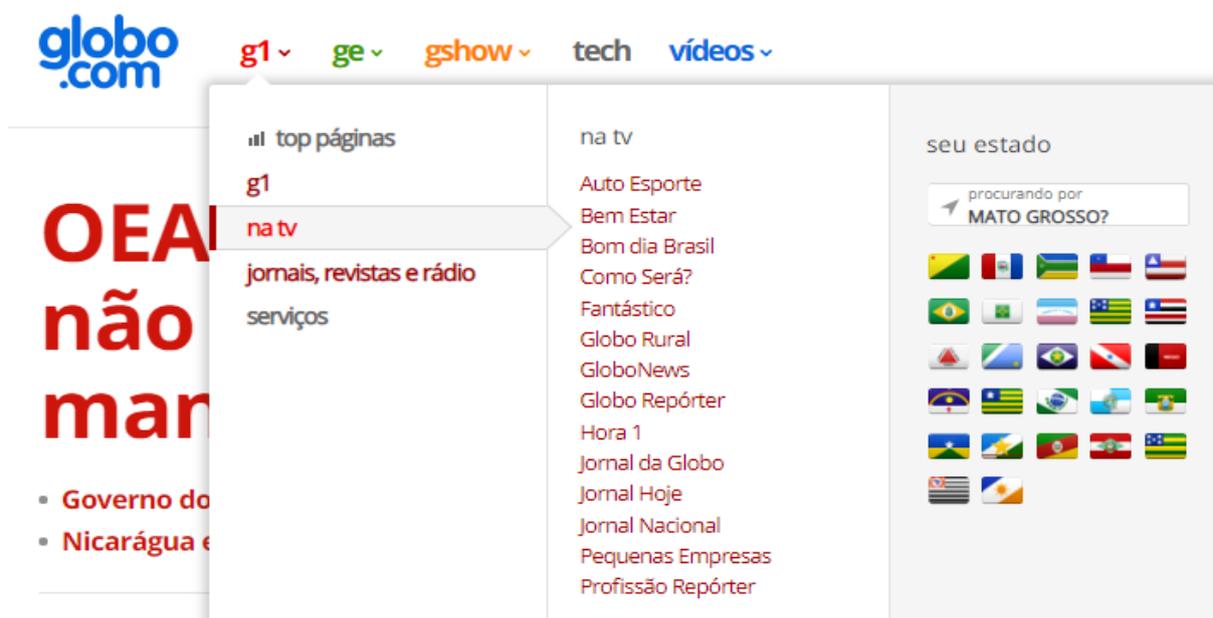
entrada para o Fato ou Fake, mas mostra a amplitude de seus produtos comunicacionais (Figuras 4 a 6).

Figura 4 – Print da barra do G1 no Globo.com, tópico “g1”



Fonte: Globo.com. Acesso em: 10 jan. 2019.

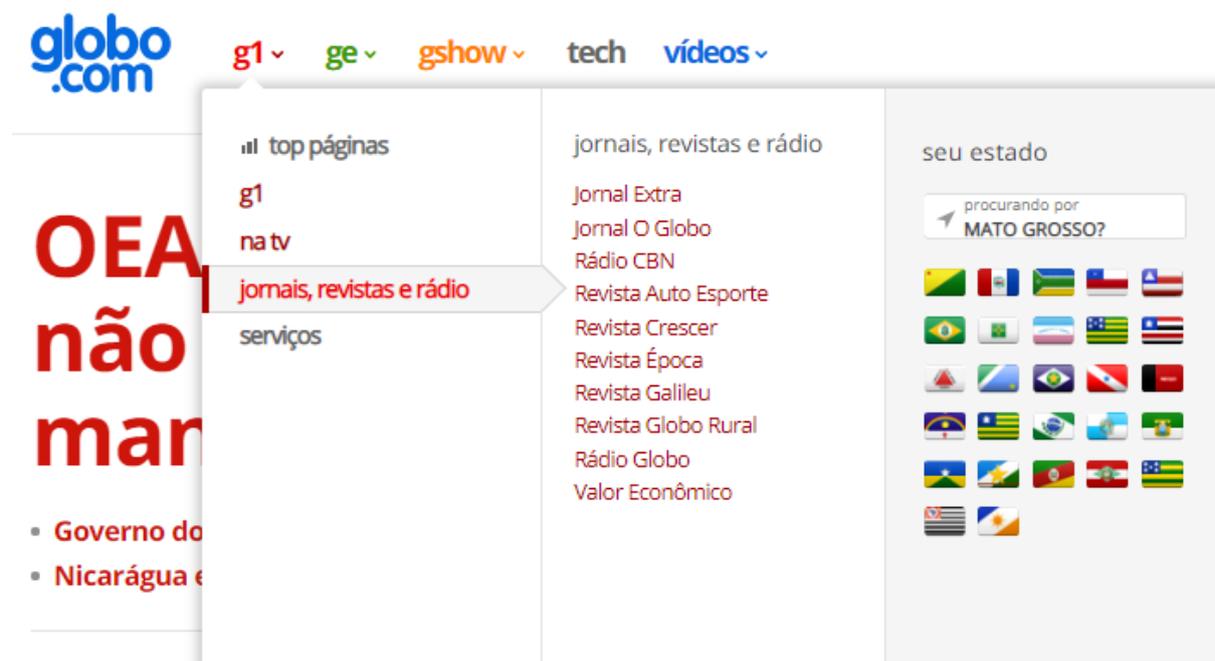
Figura 5 – Print da barra do G1 no Globo.com, tópico “na tv”



Fonte: Globo.com. Acesso em: 10 jan. 2019.



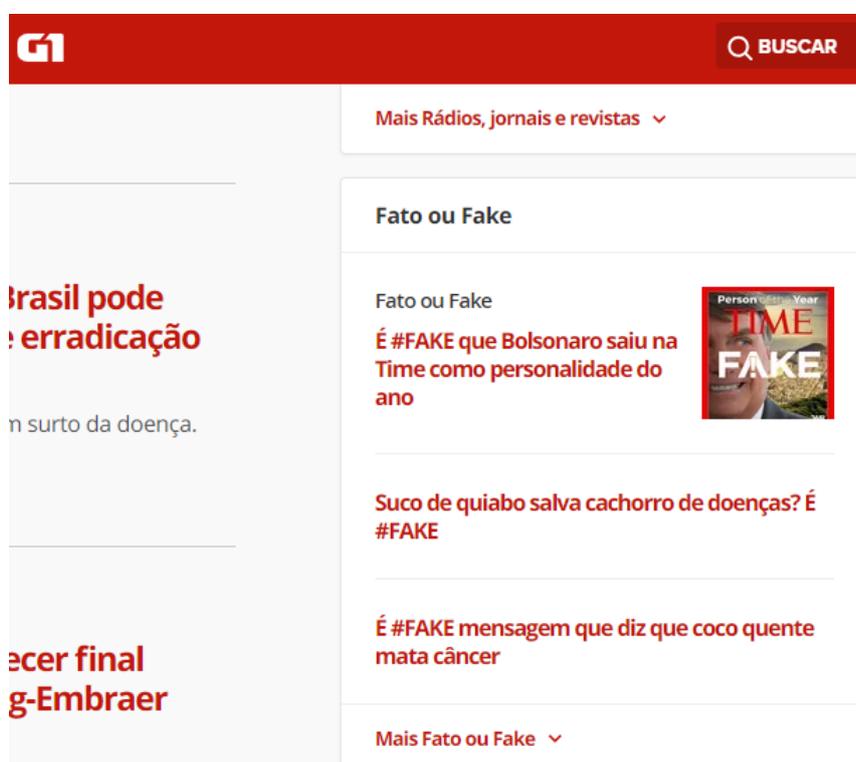
Figura 6 – Print da barra do GI no Globo.com, tópico “jornais, revistas e rádio”



Fonte: Globo.com. Acesso em: 10 jan. 2019.

É entrando no site nacional do GI que encontramos o Fato ou Fake posicionado na coluna da direita da página, abaixo da coluna “Rádio, jornais e revistas” (Figura 7).

Figura 7 – Print da barra Fato ou Fake no GI, à direita



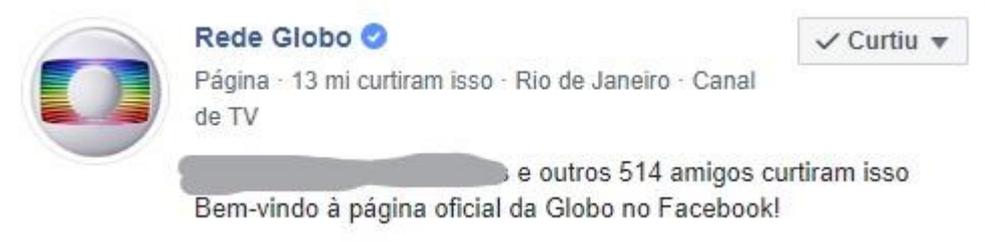
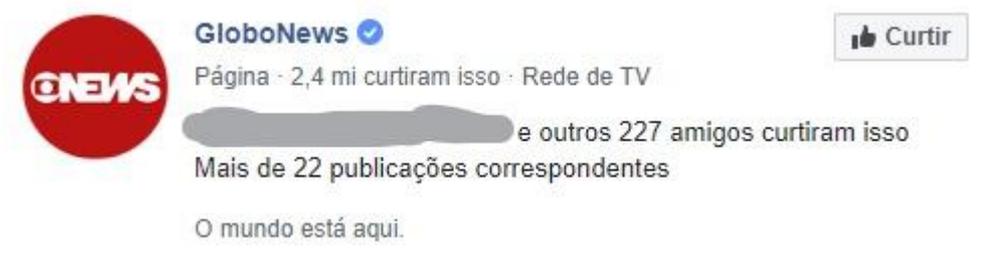
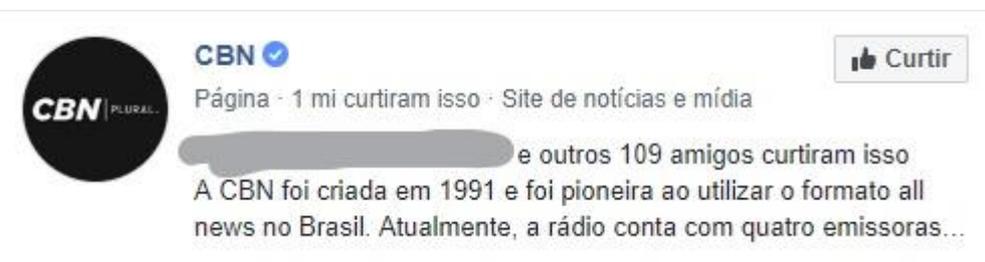
Fonte: Portal do GI. Acesso em: 10 jan. 2019.



Além disso, os veículos que fundam a plataforma Fato ou Fake e foram responsáveis pela divulgação de seu conteúdo de checagem – como já destacado utilizando até mesmo um robô para tanto, inclusive – têm páginas em plataformas de mídias sociais, como o Facebook, e demonstram a importância deste projeto na disputa de imaginários pelo número de seguidores: juntas somam 38 milhões, embora o dado seja impreciso, uma vez que existem pessoas que curtam mais de uma página, como os nossos próprios prints revelaram (Figura 8); sem contar cada compartilhamento com potencial de afetação de outras inúmeras milhões de pessoas.

Figura 8 – Série de *prints* com o número de curtidas em cada página do Facebook, com apresentação do número de amigos de um usuário que estão envolvidos nas curtidas de cada página





Fonte: Facebook. Acesso em: 10 jan. 2019.

A metodologia do Fato ou Fake envolve 1. monitoria das redes sociais e trocas de informação entre jornalistas das redações e correspondência com usuários que tragam conteúdo e manifestem dúvida; 2. investigação quando se constata amplo compartilhamento de determinado conteúdo, seja ele imagem distribuída, notícia de datas passadas e fontes; e 3. audição de fontes, das partes, de testemunhas etc. que garantam a checagem do fato.

O projeto está estruturado sobre três pilares, a “transparência de fontes”, que tem como objetivo “que o leitor veja com clareza o caminho de apuração percorrido pelo jornalista. Para isso, todas as fontes consultadas durante a checagem estarão identificadas no texto, sejam elas pessoas ou instituições”; a “transparência da metodologia”, que prevê que “o processo de seleção



da mensagem a ser checada, a apuração e a classificação da checagem são claras, deixando em destaque o que levou a informação a ser checada, como ocorreu a apuração e o motivo da classificação como fato ou fake”; e finalmente a “transparência de correções” para o caso de modificações na correção e avaliação da checagem. O site ainda garante que toda informação publicada terá um título que já evidencie se a notícia é um fato ou se é um conteúdo falso, conferindo selos (figuras 9 a 11) para cada conteúdo. (É..., 2018b)

Figura 9 – Selo “fato”, quando o conteúdo checado é verídico



Fonte: *GI* (É..., 2018b).

Figura 10 – Selo “não é bem assim”, quando a informação está incompleta, exagerada ou apenas parcialmente verdadeira



Fonte: *GI* (É..., 2018b).

Figura 11 – Selo “fake”, quando não há comprovação dos dados a partir de nenhum meio



Fonte: *GI* (É..., 2018b).

Ao longo do pleito eleitoral o projeto Fato ou Fake certificou 959 notícias com os selos de veracidade, e 200 delas foram identificadas como *fake*. No final de semana do segundo turno eleitoral, o projeto Fato ou Fake se juntou com outros portais de checagem como o Projeto Comprova, Lupa, Aos Fatos, Boatos.org e E-farsas para uma força-tarefa que desmentiu ao menos vinte conteúdos falsos veiculados apenas na véspera da eleição.(G1 et al., 2018) Veremos na sequência as principais notícias com relação a gênero e sexualidade que figuraram com o selo “fake”, desmentidas pelo serviço. O número de conteúdos desmentidos, vale lembrar, segue o



critério de que foram identificados através de massivos compartilhamentos em redes sociais que estavam sendo monitoradas.

3. Modus operandi dos controladores de acesso cisgêneros heteroterroristas

Em 28 de setembro de 2018 o *El País* publicou uma matéria jornalística (BENITES, 2018) em que evidenciava a utilização dos grupos de WhatsApp em apoio ao então candidato Jair Bolsonaro como máquinas de disseminação de notícias falsas, em função da prática de compartilhamento massivo de vídeos e notícias paranoicas que visavam: produzir desconfiança sobre pesquisas eleitorais e veículos midiáticos; questionar a confiabilidade da urna eletrônica; apresentar falso apoio de artistas e celebridades; fazer acusações gravíssimas sobre a participação da candidata a vice-presidenta da República da coligação oposta, Manuela D'Ávila, no episódio da fachada que Bolsonaro recebeu em campanha; e, na figura da jornalista Joice Hasselmann, eleita deputada federal pelo partido de Jair, a informação de que um veículo de comunicação havia recebido cerca de 600 milhões de reais para na reta final “detonar” a candidatura de Bolsonaro. Eram mais de mil mensagens por dia mapeadas em apenas três grupos, sendo que o organizador de um deles – residente em Portugal – conta que só ele havia aberto mais de 50 grupos de campanha. Uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais apresentada na análise jornalística corrobora a evidência de que Bolsonaro tinha amplo destaque entre usuários de plataformas de mídias sociais, especialmente WhatsApp. (BENITES, 2018)

Em 1º de outubro, a sete dias do primeiro turno da eleição presidencial, é exposta no portal da revista *Exame* a análise de que o pleito de 2018 seria um marco histórico em veiculação de notícias falsas de cunho político, além de evidenciar o enunciado do desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade, vice-presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio: “a campanha provocou um aumento na divulgação das *fake news* e isso é preocupante”, e completa: “*essa é uma questão que preocupa por causa do discurso de ódio. Tem de ser combatida culturalmente*”. (PEREIRA; TOLEDO; MONNERAT, 2018, grifo nosso)

No dia seguinte, sites de checagem de fatos precisaram desmentir a notícia de que Haddad propunha que, ao completarem cinco anos, as crianças passariam a ser propriedade do Estado, e que este determinaria a identidade de gênero delas. A imagem de Haddad com a frase falsa supostamente enunciada por ele dizia: “Ao completar cinco anos de idade, a criança passa a



ser propriedade do Estado! Cabe a nós decidir se menino será menina e vice-versa! Aos pais cabe acatar nossa decisão respeitosamente! Sabemos o que é melhor para as crianças!”. (SCHULTZ; VELASCO, 2018) O deputado federal reeleito pela segunda vez, Jean Wyllys, também teve desmentida uma suposta declaração em que dizia que criaria um projeto de lei para obrigar pastores e padres a casarem pessoas homossexuais nas igrejas, cujo título seria “Lei Marielle Franco” – em referência à vereadora assassinada no Rio de Janeiro ser casada com uma mulher –, com apoio de Fernando Haddad. Essa publicação quando desmentida já registrava mais de 65 mil compartilhamentos no Facebook. (GUERRA, 2018b)

Três dias antes do primeiro turno eleitoral do pleito representativo para executivos e legislativos federais e estaduais no Brasil, a coligação do então candidato à presidência da República Fernando Haddad e vice Manuela D’Ávila pediu ao Tribunal Superior Eleitoral a retirada de mais de cem notícias falsas que estavam sendo veiculadas contra ambos. O conteúdo de algumas delas surpreendem, mas não tanto, considerando que até então já estava evidente que alguns assuntos com relação a gênero e sexo seriam tratados a partir da lógica da maior repressão e denúncia – vide Escola Sem Partido, os movimentos que combatem o que chamam “ideologia de gênero” e os movimentos da paranoia temerária da doutrinação comunista nas escolas: Haddad supostamente distribuiria “mamadeiras eróticas” com o bico em formato de pênis em creches brasileiras. No conteúdo de outra notícia, Manuela D’Ávila teria sido flagrada usando uma camiseta com a legenda “Jesus é travesti”. (SOUZA, 2018)

No mesmo dia também precisou ser desmentido que estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais haviam protestado sem roupa contra Bolsonaro (NÃO..., 2018), e que Manuela D’Ávila teria dito que seria mais popular que Jesus e que o cristianismo desapareceria. (GUERRA, 2018a) Também aconteceu na Rede Globo o último debate do primeiro turno, que veio a se tornar o último debate da eleição presidencial toda, uma vez que Jair Bolsonaro, presidente eleito no pleito de 2018 não aceitou convites para o debate em segundo turno. Bolsonaro decidiu não participar do debate presidencial neste dia, ainda que tenha dado para a Rede Record uma entrevista exclusiva ao mesmo tempo em que o debate acontecia. (DEBATE..., 2018) Um dia antes do debate, candidatos e candidata (Marina Silva) se posicionaram contra a disseminação de notícias falsas em seus programas eleitorais. (CANDIDATOS..., 2018)



No dia 6 de outubro o Tribunal Superior Eleitoral determina às plataformas de mídias sociais a retirada de 35 notícias falsas contra a coligação de Fernando Haddad em até 24 horas; foram veiculadas inclusive pela Jovem Pan. Foram retirados 33 conteúdos da plataforma Facebook e dois do YouTube. O ministro Carlos Horbach também determinou a localização dos donos de perfis e controladores de páginas. (TSE..., 2018a)

No dia da eleição, o Tribunal Superior Eleitoral determinou a retirada de 33 notícias falsas veiculadas de forma difamatória contra Manuela D'Ávila que tiveram um impacto de mais de 5 milhões de visualizações e centenas de milhares de compartilhamentos no Facebook. (BRÍGIDO, 2018) Após o primeiro turno da eleição que levou Fernando Haddad e Manuela D'Ávila para o segundo turno contra a coligação que viria a ser eleita, de Jair Bolsonaro e General Mourão, a candidata não eleita à vice-presidência precisou novamente ter notícia sobre si desmentida: no dia 9 de outubro uma montagem com mais de 40 mil compartilhamentos e mais de 800 mil visualizações na plataforma Facebook dizia que Manuela pretendia acabar com todos os feriados cristãos. (É..., 2018c)

No dia 13, poucos dias depois desse ocorrido, um cartaz veiculado nas redes sociais afirmava que Haddad defendia um projeto de lei que tornava a pedofilia um ato legal, e que o sexo com crianças de 12 anos deixaria de ser crime. (É..., 2018a) No dia 15 o Tribunal Superior Eleitoral determina que um vídeo falso com conteúdo de hipersexualização de crianças, supostamente apoiado por Manuela, seja retirado do Facebook. (TSE..., 2018b) Ainda em se tratando de conteúdos falsos relacionados a crianças, no dia 16 de outubro o Tribunal Superior Eleitoral mandou a candidatura de Jair Bolsonaro retirar da internet vídeos falsos que faziam alusão a um suposto “kit gay” que, segundo o candidato, teria sido concebido no governo petista enquanto Haddad foi ministro da Educação, com materiais sobre sexo para crianças de 6 anos de idade, como por exemplo o livro *Aparelho sexual e cia* da autora francesa Hélène Bruller. Além disso, os portais de checagem de fatos tiveram que reafirmar a inveracidade dos fatos contidos nas próprias falas de Jair Bolsonaro ao longo da campanha eleitoral acerca do “kit gay” (É..., 2018b), talvez a mais representativa e divulgada notícia falsa da eleição.

Ainda no mesmo dia, o escritor Olavo de Carvalho publicou conteúdo falso contra Fernando Haddad, que precisou ser desmentido pelos portais de checagem de fatos. Na publicação, Olavo de Carvalho afirma que Haddad, em seu livro de 1998, *Em defesa do socialismo: por ocasião dos 150 anos do manifesto*, incentivava o incesto, especialmente entre



pais e filhos. Além disso, a obra supostamente também traria os “dez mandamentos do comunismo”, em um texto de Lênin. A própria editora Vozes, que havia publicado a obra e já não a tem mais em catálogo, manifestou-se dizendo que o conteúdo divulgado não se refere à obra em questão. Olavo de Carvalho retirou a publicação do ar e em seguida reiterou o conteúdo, dizendo que a obra nas entrelinhas defende um programa que denominou “sociedade erótica” da Escola de Frankfurt, que, segundo ele, incentiva relações de incesto entre mães e filhos. (COUTO; JULIÃO, 2018)

No dia 25 de outubro, a três dias do segundo turno eleitoral, imagens de uma peça de teatro encenada na Bélgica, em que um ator e uma atriz se beijam nus em espetáculo num palco envolto de crianças, é ligada a Haddad e supostamente fazia referência ao que ele desejaria para a cultura brasileira e para as crianças do Brasil. (DOMINGOS, 2018) No entanto, o maior baque viria na véspera do segundo turno, dia 27 de outubro, perto da meia-noite: em uma imagem que apontava fontes jornalísticas falsas que remetiam ao portal *UOL* e ao *Jornal Nacional* e apresentava o rosto de uma menina chamada Vitória, Fernando Haddad é acusado de estupro contra ela quando supostamente tinha 11 anos de idade. No entanto, a menina da imagem é uma cantora gospel de 16 anos chamada Esther Marcos, e nenhum conteúdo sobre nenhuma das acusações na notícia falsa foi veiculado pelo portal e noticiário destacados. O próprio veículo, que desmentiu o caso já depois da meia-noite, no dia 28, dia da eleição, precisou informar que para concorrer à presidência da República o candidato tem uma série de certidões entregues que demonstram idoneidade pública – especialmente quanto a estupro de menor. (NALON, 2018)

Como podemos perceber, ao longo dos dois turnos da eleição presidencial grande parte das notícias falsas veiculadas nas plataformas de redes sociais e que tiveram imensa influência nos resultados dizem respeito a conteúdos que remetem a questões de gênero, sexualidade e diversidade, mentindo sobre candidaturas que supostamente se posicionariam contra valores cristãos ou contra valores familiares – como a defesa de práticas de incesto e de sexualização de crianças pequenas. Trata-se propriamente de reconhecer aqui a implicação de controladores de acesso dos conteúdos veiculados graças à possibilidade de disputa discursiva em locais legitimados pelo rito eleitoral e não completamente denunciados pelos portais de mídia *mainstream* que manifestavam interesse em aliar-se a essa candidatura – inclusive reproduzindo conteúdos falsos, como vimos no exemplo da Jovem Pan. Trata-se evidentemente de uma veiculação a partir de tecnologias discursivas heteroterroristas (BENTO, 2011) empregadas por controladores de acesso cisgêneros heterossexuais, que tem nas temáticas desmascaradas como



falsas a própria revelação dos tabus e conteúdos que não podem pertencer à esfera do público, do “debatível”, bem como manifestam a projeção de crimes contra outras pessoas, sendo que a própria veiculação injúrias e difamações é crime.

Apesar do impacto das notícias falsas ao longo da eleição ser evidente em função do número de compartilhamentos – sempre subnotificados, registre-se –, e apesar de em junho de 2018 o ministro Luiz Fux, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ter dito que a Justiça poderia anular uma eleição que fosse conduzida massivamente por *fake news*, não foi o que aconteceu ao longo do processo (RAMALHO, 2018), ainda que a própria Justiça tenha mandado retirar em duas ocasiões mais de 30 notícias falsas contra candidato e candidata da coligação não eleita. Novamente aí, é perceptível o aliançamento do heteroterrorismo operando através da veiculação de mentiras e manipulações como conteúdo passível de protagonismo discursivo no rito representativo brasileiro.

A plataforma Fato ou Fake, como pudemos analisar, teve grande importância para desmentir boatos ao longo da eleição presidencial de 2018. O fato de ser uma plataforma que reúne veículos das organizações Globo, que figura no *mainstream*, apenas coloca a plataforma num potencial de afetação para novas produções de imaginários, diferentes daqueles veiculados erroneamente, ou mentirosamente, por pessoas, páginas, grupos, pequenos portais de notícias falsas e blogs. Trouxe para a evidenciação pública o fato de que há poderes comunicacionais na função de utilitários que operacionalizam a lógica da enganação através da condução de imaginários para o falseamento da realidade.

Pudemos perceber que existiram vítimas evidentes dos discursos mentirosos e falsos, a saber: a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, intersexuais e tantas outras identidades não cisgêneras e não heteroguiadas, bem como candidatos e candidatas que estavam nas coligações ou espectros contrários ao da extrema direita reacionária do Partido Social Liberal (PSL) de Bolsonaro, especialmente contra o candidato à presidência Fernando Haddad e a candidata à vice-presidência Manuela D’Ávila. Tanto no sentido de ataque aos conteúdos de gênero e sexualidade que evidentemente têm relação aos direitos de existência e de aparição de populações das diversidades, quanto no sentido dos conteúdos usados contra candidatos e candidatas, percebemos a manutenção do utilitarismo das próprias questões de gênero e sexualidade presentes em tais narrativas, embora falseados e mentirosos.



Uma plataforma que revele publicamente isso e tenha cumprido um mínimo de dever jornalístico de encaminhar fatos checados para afetação de pessoas não merece, sem dúvida, ser tratada como uma “divindade da verdade”: as organizações Globo continuam sendo parte de um sistema de concentração de capital baseado na concentração de conteúdos midiáticos comunicacionais de uma empresa privada que mantém interesses tanto no sistema socioeconômico quanto no sistema de concentração de conteúdo. No entanto, a plataforma apresenta aquilo que podemos entender como valor-notícia aos moldes da veracidade da checagem e apresentação de sua metodologia.

A “noticiabilidade”, de acordo com Nelson Traquina (2008, p. 63), pode ser definida a partir daqueles “critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. Segundo Marcos Paulo Silva e Raquel de Souza Jeronimo (2017, p. 05), os critérios de Traquina, baseados em Mauro Wolf são

[...] a “morte”, a “notoriedade”, a “proximidade”, a “relevância”, a “novidade”, o “tempo” (atualidade), a “notabilidade”, o “inesperado”, o “conflito” (ou controvérsia), a “infração” e o “escândalo”. Já os valores-notícia em termos de critérios contextuais somam cinco: a “disponibilidade”, o “equilíbrio”, a “visualidade”, a “concorrência” e o “dia noticioso”. Finalmente, os chamados valores-notícia de construção – conceitualmente, aqueles que tratam dos “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2008, p. 91) – somam seis: a “simplificação”, a “amplificação”, a “relevância”, a “personalização”, a “dramatização”, e a “consonância”.

Para Silva e Jeronimo (2017), outras noções são importantes, como o “inesperado”, o “conflito”, a “infração”, o “escândalo”, a “relevância” e a “notabilidade”. Entendemos a partir de nossos achados, porém, que tais noções podem gerar valor-notícia nem sempre acompanhados da noção de “veracidade”, conceito não abordado na caracterização, embora entendamos que seja o que sustente a liberdade de imprensa, e a liberdade de expressão. Pudemos perceber o tom de questões inesperadas, conflituosas, criminosas, escandalosas sendo veiculadas como notícias quando não passavam de conteúdos falsos. No entanto, revestir os fatos de valor-notícia no sentido de garantir a veracidade é um compromisso básico do jornalismo, e que não foi seguido por outros veículos que protagonizam o *mainstream*, e que tinham poderio para afetar milhões de pessoas que haviam entrado em contato com notícias falsas anteriormente, ainda que não tenham conseguido impedir que tais conteúdos fossem disseminados. A função do *mainstream*, quando



aliado a valores éticos na guia pela busca das checagens de informação, é fundamental para a disputa de discursos e de imaginários.

Parte III

Algumas considerações

Percebemos relações de poder a atos de comunicação ao observarmos as construções minuciosas de estratégias comunicacionais que possibilitaram, por exemplo, que o medo de uma suposta ameaça comunista durante a Segunda Guerra Mundial fizesse com que genocídio e extermínio fossem praticados com aval de parcela dos controladores de acesso e das populações; ou posteriormente na campanha eleitoral estadunidense de Nixon, em 1972, que o aborto, o discurso antidrogas e os direitos reprodutivos de mulheres cisgêneras foram lançados à mão com o intuito de manipular as eleições e levar ao poder um projeto de estado que não seria eleito por voto. No Brasil contemporâneo a aversão à “ideologia de gênero” opera da mesma forma, somada ao retorno da “ameaça comunista” e das discussões acerca do aborto e direitos reprodutivos, todas estratégias que envolvem a construção de uma fantasia coletiva que será compartilhada e reproduzida. Essas repetições vão solidificando essas fantasias como sensação de verdade e, assim, performativamente vão agindo sobre os corpos, as cidades, o planeta.

Desta forma, alguns dos dispositivos de controle de acessos podem ser identificados no enquadramento desta pesquisa. Propriamente os dispositivos comunicacionais: 1. o controle dos ritos de Justiça que garantem legitimidade de determinados discursos figurarem como passíveis de disputa de imaginários; 2. controle da comunicação terrorista de guerra que, através da palavra normativa proferida como ordem, produz a precariedade quando elege um inimigo perigoso ou conjunto de inimigos perigosos que podem ser eliminados; 3. tal estratégia de guerra que elege o perigoso que precisa ser combatido é verificada, no caso do Brasil, a partir dos conteúdos que tem relação a gênero, sexo e sexualidade num aspecto heteroterrorista – de modo que veicular uma comunicação elegendo conteúdos a serem combatidos demonstra sua significação afetiva; e, finalmente, 4. o controle de acesso da mídia *mainstream* quando no ato de não evidenciar com o devido rigor discursos proferidos para poupar um candidato à representação executiva da opinião pública.

É possível entender a existência de controladores de acesso que se utilizam destes dispositivos de controles de acesso para garantir a manutenção de suas narrativas para o futuro,



performando suas fantasias coletivas na medida em que produzem atos comunicacionais legitimados em lugares de poder, garantindo a execução de determinadas funções para um conjunto de pessoas em determinado território de modo afetivamente significável. O modo de uso das veiculações comunicacionais terroristas – no recorte trazido, heteroterroristas – contribui para caracterizar uma estrutura social corporificada pelo cisgênero heterossexual branco, com “valores cristãos” (questionáveis) determinantes, permeados de relações de poder e de acessos diferenciados à produção de conteúdos e sua divulgação para a disputa holística de imaginários. De todo modo, cada uma das notícias falsas heteroterroristas destacadas no estudo que produziram, entre outras coisas, a vitória em uma eleição presidencial revelam os conteúdos acerca de quem merece ser combatido: aparentemente, quaisquer pessoas que desafiem a hegemonia cisgênera, masculina e branca, e seus tabus que se mantêm no campo do indiscutível.

Referências

- APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*, São Paulo, 31 ago. 2013. Brasil. Disponível em: <https://glo.bo/2UKTaSj>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- BENITES, A. A máquina de ‘fake news’ nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. *El País*, Brasília, DF, 28 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3fwDZEK>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.
- BONFANTE, G. M. *Erótica dos signos em aplicativos de pegação: performances íntimo-espetaculares de si*. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2016.
- BORGES, F. M. *Em busca da cultura espacial*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BORGES, F. M. Ancestrofuturismo: cosmogonia livre – rituais faça você mesmo (DIY). In: *TECNOXAMANISMO*. [S.l.], 5 maio 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2N0QCv7>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- BRÍGIDO, C. TSE manda Facebook tirar do ar 33 links com notícias falsas contra Manuela D’Ávila. *Extra*, São Paulo, 8 out. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2N3ASHF>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J.; SPIVAK, G. C. *Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento*. Brasília, DF: Editora UnB, 2018.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- CANDIDATOS à presidência criticam fake news e exaltam ‘esperança’ em último programa eleitoral. *O Globo*, São Paulo, 4 out. 2018. Brasil. Disponível em: <https://glo.bo/37z9ue9>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- CONNELL, R. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.



COUTO, M.; JULIÃO, L. G. É #FAKE que livro escrito por Haddad incentive o incesto e cite dez mandamentos do comunismo. *GI*, São Paulo, 16 out. 2018. Fato ou fake. Disponível em: <https://glo.bo/3e9rQVs>. Acesso em: 1 nov. 2018.

DEBATE entre presidenciáveis na Rede Globo. *El País*, São Paulo, 4 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2N0Ts3f>. Acesso em: 1 nov. 2018.

DEMORI, L. Os bastidores do apoio do Portal R7 a Bolsonaro. *The Intercept Brasil*, [s. l.], 13 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/30PYMyv>. Acesso em: 17 jun. 2020.

DOMINGOS, R. É #FAKE que simulação de sexo em teatro seja no Brasil e tenha relação com Haddad. *GI*, São Paulo, 25 out. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3d9PC28>. Acesso em: 1 nov. 2018.

É #FAKE cartaz atribuído a Haddad que diz que projeto de lei torna a pedofilia um ato legal. *GI*, São Paulo, 13 out. 2018a. Fato ou fake. Disponível em: <https://glo.bo/37z2HRH>. Acesso em: 1 nov. 2018.

É #FAKE que Haddad criou “kit gay” para crianças de seis anos. *GI*, São Paulo, 16 out. 2018b. Fato ou fake. Disponível em: <https://glo.bo/30Rbluy>. Acesso em: 1 nov. 2018.

É #FAKE que Manuela D’Ávila disse que quer acabar com todos os feriados cristãos. *O Globo*, São Paulo, 9 out. 2018c. Fato ou fake. Disponível em: <https://glo.bo/3fHUdur>. Acesso em: 1 nov. 2018.

FILÓSOFA Judith Butler é algo de ofensas em aeroporto de SP e mulher leva tapa ao defendê-la. *GI*, São Paulo, 10 nov. 2017. São Paulo. Disponível em: <https://glo.bo/2UPTn6R>. Acesso em: 2 nov. 2018.

GREENWALD, G. No novo Brasil do Bolsonaro, o império midiático do bilionário Edir Macedo é usado para investigar e tentar intimidar jornalistas – inclusive The Intercept. *The Intercept Brasil*, [s. l.], 20 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37Ajwf1>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GUERRA, R. É #FAKE post com Manuela D’Ávila dizendo que é mais popular que Jesus e que o cristianismo vai desaparecer. *GI*, São Paulo, 5 out. 2018a. Fato ou fake. Disponível em: <https://glo.bo/2C8Y3hn>. Acesso em: 1 nov. 2018.

GUERRA, R. É #FAKE que Jean Wyllys declarou que pretende criar lei para obrigar casamento gay em igrejas. *GI*, São Paulo, 2 out. 2018b. Fato ou fake. Disponível em: <https://glo.bo/3d7A6Uw>. Acesso em: 1 nov. 2018.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118

MANIFESTANTE confunde bandeira do Japão com símbolo comunista. *Veja*, São Paulo, 17 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3fvxSjt>. Acesso em: 1 nov. 2018.

MEDITSCH, E. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

NALON, T. É #FAKE que Haddad é acusado de estupro de menina de 11 anos. *O Globo*, São Paulo, 28 out. 2018. Fato ou fake. Disponível em: <https://glo.bo/2N1acY0>. Acesso em: 01-11-2018.

NÃO é verdade que manifestantes ficaram nus em protesto contra Bolsonaro. *UOL*, São Paulo, 5 out. 2018. UOL confere. Disponível em: <https://bit.ly/30UzwqL>. Acesso em: 1 nov. 2018.

PEREIRA, P.; TOLEDO, L. F.; MONNERAT, A. Disseminação de “fake news” para atacar candidatos marca eleição. *Exame*, São Paulo, 1 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2zGUa2w>. Acesso em: 1 nov. 2018.

PONTES, F. S.; SILVA, G. Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 44-55, 2009.

PRECIADO, P. B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.



RAMALHO, R. Fux diz que Justiça pode anular uma eleição se resultado for influenciado por 'fake news' em massa. *GI*, São Paulo, 21 jun. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2UUuuGS>. Acesso em: 1 nov. 2018.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHULTZ, A.; VELASCO, C. É #FAKE que Haddad disse que criança vira propriedade do Estado aos 5 anos e pode ter seu gênero escolhido. *O Globo*, São Paulo, 2 out. 2018. Fato ou fake. Disponível em: <https://glo.bo/2YM2g2n>. Acesso em: 1 nov. 2018.

SILVA, L. G. O cisgênero controlador de acesso das estruturas representativas do Estado. In: CAOVIALLA, M. A. L.; RENK, A. (org.). *Pluralismo jurídico, constitucionalismo latino-americano, buen vivir e os direitos da natureza*. Vol. 1. São Leopoldo: Karywa, 2018. p. 113-127.

SILVA, L. G.; SANTOS, G. L. S. Sexo ancestralfuturista: remixes e processos de hibridação do desconhecido ao fabricado: uma análise do Sul. In: CAOVIALLA, M. A. L.; MACHADO, L.; CANZI, I. (org.). *Constitucionalismo, direitos humanos, justiça e cidadania na América Latina*. São Leopoldo: Karywa, 2018. p. 290-306.

SILVA, M. P.; JERONYMO, R. S. Uma análise crítica dos 'valores-notícia de construção': contribuições da retórica e dos estudos de enquadramento para problematização do conceito. In: INTERCOM, 40., 2017. Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba: 2017. p. 1-14. Disponível em: portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2511-1.pdf. Acesso em: 1 nov. 2018.

SOUZA, A. Campanha de Haddad pede ao TSE remoção de mais de 100 'fake news'. *O Globo*, São Paulo, 5 out. 2018. Brasil. Disponível em: <https://glo.bo/2Cb3AE9>. Acesso em: 1 nov. 2018.

TORRES, A. Professora de história antifeminista processa orientadora por "perseguição". *UOL*, Florianópolis, 31 mar. 2017. Notícias. Disponível em: <https://bit.ly/3hyWauF>. Acesso em: 2 nov. 2018.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TSE determina retirada de 35 notícias falsas contra Haddad. *Terra*, São Paulo, 6 out. 2018a. Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3fDokOR>. Acesso em: 1 nov. 2018.

TSE manda Facebook retirar vídeo com fake news sobre Manuela D'Ávila. *UOL*, São Paulo, 15 out. 2018b. Eleições 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3fCBUXr>. Acesso em: 1 nov. 2018.

VELASCO, C. É #FAKE imagem em que Manuela D'Ávila aparece com camiseta 'Jesus é travesti'. *GI*, São Paulo, 2 out. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/30MtAjE>. Acesso em: 17 jun. 2020.

